

1,5 AGO 2017

## BEMPARANÁ

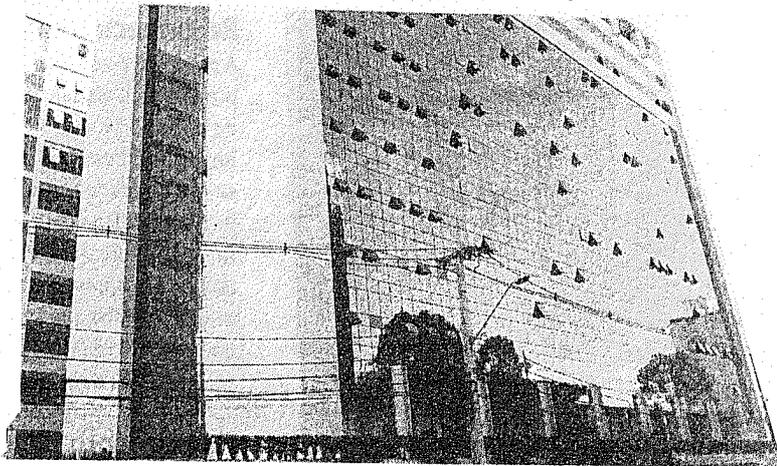
# Em tempos de crise, Paraná mantém “ilha de prosperidade” no Judiciário

• Tribunal de Justiça garante R\$ 234 milhões a mais com inclusão de verbas do FPE no cálculo dos repasses.

● CONTRADIÇÃO

# Em crise, Paraná mantém “ilha de prosperidade” no Judiciário

Inclusão de verbas do FPE na base de cálculo de repasses garante R\$ 234 milhões a mais para TJ



Da Redação

Tribunal de Justiça: mudança em cálculo barrada pela Alep

Em meio a uma das mais graves crises financeiras da história, que levou o Estado a suspender reajustes de servidores e cortar investimentos, o Paraná segue mantendo uma política de divisão das receitas entre os poderes que faz do Judiciário em uma “ilha de prosperidade”. A expressão foi usada no ano passado pelo secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, ao criticar o fato de que enquanto faltam recursos para o Executivo investir na melhoria e manutenção dos serviços públicos, sobra dinheiro nos demais poderes, em especial o Tribunal de Justiça, que continua aumentando seus gastos.

Nos últimos dois anos, o governo tentou mudar isso, propondo excluir da base de cálculo dos repasses para os outros poderes as verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Os deputados da própria base governista na Assembleia Legislativa, porém, derubaram a proposta, se recusando a entrar em conflito com o Judiciário e o Ministério Público Estadual.

**CONTINUA**

# BEMPARANÁ 15 AGO 2017

## CONTINUAÇÃO

A inclusão das verbas do FPE na base de cálculo para a divisão das receitas foi aprovada pela primeira vez em 2010, nas discussões do Orçamento de 2011. Somente nos primeiros quatro anos da gestão Beto Richa, isso representou uma perda de cerca de R\$ 1,5 bilhão para o governo.

**Fátia** - Pelas regras atuais, o Tribunal de Justiça tem direito a 9,5% das receitas líquidas do Estado. Graças a inclusão dos recursos do FPE na base de cálculo desses repasses, o TJ garantiu um adicional de R\$ 234,4 milhões no Orçamento deste ano.

Em outros estados, como São Paulo, por exemplo, não há uma vinculação das receitas e dos repasses aos demais poderes. Anualmente, o Orçamento do Judiciário do estado é definido com base em uma proposta fixa apresentada pelo TJ paulista. Isso evita, por exemplo, aumento de gastos quando há elevação das receitas.

Na discussão da LDO de 2017, no ano passado, o governo tentou corrigir essa situação, propondo a retirada do FPE da base de cálculo. O líder da bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSB), apresentou uma emenda para barrar a mudança, mantendo a sistemática atual. Romanelli alegou na ocasião que desde 2011, quando esse modelo foi aprovado, o Judiciário e o MP contrataram mais servidores, e não haveria como cortar esses recursos agora. Já o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), alegou que não poderia "afrontar" os outros poderes com o corte defendido pelo Executivo.

**Corte** - O argumento foi questionado pelo então vice-líder do governo na época, deputado Hussein Bakri (PSD). Ele chegou a anunciar que os parlamentares do bloco PSD-PSC, que tem 14 deputados, defenderiam a proposta de corte nos repasses para o Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. Na avaliação de Bakri, a iniciativa seria uma alternativa para garantir o pagamento do reajuste salarial dos servidores públicos estaduais em janeiro de 2017.

"Acho que é o momento de todos fazerem um sacrifício. Porque só o funcionário. Todo mundo tem que dar sua cota de contribuição", disse Bakri na ocasião. "É preciso achar uma saída. E na minha opinião a solução passa pela redução dos repasses aos poderes", defendeu Bakri. "É uma posição da bancada. Nós defendemos corte, diminuição, até porque está sobrando dinheiro", considerou Bakri.

**15 AGO 2017**

## **BEMPARANÁ**

### **Tribunal de Justiça mantém número de magistrados no Órgão Especial**

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), composto por 120 desembargadores, decidiu manter o número de magistrados no Órgão Especial, em sessão realizada nesta segunda-feira (14), em 25.

Setenta desembargadores seguiram o voto do relator do caso, Espedito Reis do Amaral, e mantiveram o Órgão Especial com 25 desembargadores, como é atualmente. Apenas 29 votaram pela redução e foram votos vencidos.

A redução de cadeiras foi proposta pelo desembargador Rogério Luís Nielsen Kanayama e encaminhado pela presidência do TJ ao governador Beto Richa, no começo de 2016. O texto, que pretendia reduzir o número para 11 desembargadores, chegou a ser aprovado pela Assembleia Legislativa (Alep).

15 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **TJ não encolhe órgãos especiais**

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), composto por 120 desembargadores, decidiu manter o número de magistrados no Órgão Especial, em sessão realizada nesta segunda-feira (14), em 25. Setenta desembargadores seguiram o voto do relator do caso, Espedito Reis do Amaral, e mantiveram o Órgão Especial com 25 desembargadores, como é atualmente. Apenas 29 votaram pela redução e foram votos vencidos.

# BEMPARANÁ

15 AGO 2017

## Rocha Loures convidou Lava Jato para visita a Michel Temer

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima revelou ontem, que o ex-assessor especial de Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, convidou a força-tarefa da Operação Lava Jato de Curitiba para encontrar o presidente no Palácio do Jaburu. Segundo o procurador, o convite ocorreu em 2016 em um evento da Associação Nacional dos Procuradores, em Brasília.

"Nós estávamos recebendo um prêmio, em Brasília. Houve um emissário do presidente, que não era presidente ainda, que nos convidou no Palácio. Nós acreditamos que não era conveniente, porque naquele momento não havia porque conversar com o presidente ou eventual presidente. Nós acreditávamos que esse tipo de reunião naquele momento não haveria uma repercussão positiva para a Lava Jato", afirmou.

Segundo o procurador, o emissário era Rocha Loures - o ex-assessor de Temer foi flagrado e filmado com uma mala preta estufada com R\$ 500 mil em propina do grupo JBS.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Fachin mantém para hoje julgamento de Collor

O ministro Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin decidiu manter para hoje (15) o julgamento da denúncia apresentada no ano passado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra senador **Fernando Collor (foto)** (PTC-AL). O parlamentar pode virar réu nas investigações da Operação Lava Jato pelos crimes de peculato, corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão do ministro ainda não foi divulgada.

O julgamento estava previamente marcado para esta terça-feira, mas houve um pedido feito pela defesa das partes em função de duas ausências previstas na sessão da Segunda Turma, colegiado responsável pela análise do caso. Os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli estão em viagens oficiais. Dessa forma, como o julgamento será realizado com três integrantes, os advogados alegaram que teriam prejuízos na votação sem quórum completo. ●

15 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Rocha Loures convidou equipe da Lava Jato para visita a Temer

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima afirma que ex-assessor especial do presidente propôs encontro no Palácio do Jaburu em 2016



*"Nós, naquele momento, entendemos que não era o caso de nos conversarmos com o eventual presidente", diz Carlos Lima que participou em março do EncontroFolha*

Julia Affonso  
e Marcelo Osakabe  
Agência Estado

São Paulo - O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima revelou nessa segunda-feira (14), que o ex-assessor especial de Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, convidou a força-tarefa da Operação Lava Jato de Curitiba para encontrar o presidente no Palácio do Jaburu. Segundo o procurador, o convite ocorreu em 2016 durante um evento da

Associação Nacional dos Procuradores da República, em Brasília. Lima fez uma palestra sobre investigações anticorrupção, em fórum organizado pela Amcham (Câmara Americana de Comércio)

"Nós estávamos recebendo um prêmio, em Brasília. Houve um emissário do presidente, que não era presidente ainda, que nos convidou no Palácio. Nós acreditamos que não era conveniente, porque naquele momento não havia porque conversar com o presidente ou

eventual presidente. Nós acreditávamos que esse tipo de reunião naquele momento não haveria uma repercussão positiva para a Lava Jato", afirmou.

Segundo o procurador, o emissário era Rocha Loures, pivô da crise política na qual mergulhou o presidente - o ex-assessor foi flagrado e filmado com uma mala preta estufada com R\$ 500 mil em propina viva do grupo JBS, dinheiro supostamente destinado a Temer, segundo a Procuradoria-Geral da República.

**CONTINUA**

15 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Em 10 de maio do ano passado, a força-tarefa recebeu um prêmio da entidade pelo combate à corrupção. No dia seguinte, o plenário do Senado deu início à votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Em 12 de maio, a petista foi afastada da Presidência.

“Foi nesse momento que recebemos o convite, através do interlocutor e esse interlocutor nos convidou a ir até o Palácio e nós dissemos não”, relatou o procurador.

“Muitas vezes a decisão decorre do momento. Nós, naquele momento, entendemos que não era o caso de nos conversarmos com o eventual presidente.”

Segundo o procurador, “a Lava Jato está sempre aberta a interlocução”.

“Recebemos visita, inclusive, do ministro da Justiça, à época, Alexandre de Moraes. Entendemos que essas visitas se dão dentro de um protocolo. Nós temos um procurador-geral da República que a princípio é o interlocutor do Ministério Público com o presidente da República”, afirmou.

No dia 8 de agosto, o presidente Michel Temer (PMDB) recebeu no Palácio do Jaburu, a nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em encontro marcado fora da agenda oficial. Raquel chegou por volta das 22 horas, em seu carro oficial.

Na ocasião, a assessoria do Planalto disse que Temer atendeu ao pedido de Raquel para conversar sobre a sua posse no cargo, que será realizada no dia

18 de setembro, um dia depois do encerramento do mandato do seu algoz, o atual procurador, Rodrigo Janot.

### PGR

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima disse ainda que “encontros fora da agenda não são ideais para a situação de nenhum funcionário público”. Ele foi questionado sobre o encontro da sucessora de Rodrigo Janot na PGR (Procuradoria-Geral da República), Raquel Dodge, com o presidente Michel Temer que não constava na agenda presidencial. Dodge se reuniu com Temer no último dia 7 e, neste domingo (13), afirmou que formalizou o pedido da reunião por e-mail, na véspera da sua realização. O encontro não estava registrado na agenda do presidente, mas, segundo a secretaria de comunicação da Procuradoria, constava na de Dodge.

Para Carlos Fernando dos Santos Lima, “é claro” que a sucessora de Janot tem que se explicar. “Ela deu uma explicação e tem que ser cobrada pelas consequências desse ato”, disse.

15 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

## **Lava Jato no pacote**

Em andamento, por via legislativa e ajuste político, a aspiração maior da classe: o distritão para garantir a reeleição e consolidar a proteção a Michel Temer e suas reformas e, sobretudo, garantir-se com o fim da Lava Jato com respaldo nos Três Poderes. Vive-se, por isso, um momento de euforia com as vitórias que já ocorreram e as que virão em função desse tipo de consertação em linha oposta à opinião pública. E já se habituaram tanto a desprezar os indicadores das pesquisas que acham até que o lado heroico não é dos que lutam contra a corrupção e sim justamente o dos indiciados e enquadrados, vítimas da criminalização política.

É claro, portanto, que as coisas não pararam no arquivamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República e os próximos passos se voltarão para a reforma da Previdência, com o que restabelece a confiança do empresariado, o arranjo do distritão e suas sequelas. Todavia, a arregimentação maior se dará contra a investida de Rodrigo Janot com novas representações criminais.

Do lado da Lava Jato, sinais cada vez mais fortes de desagregação na intensidade dos conflitos entre procuradores e delegados, dismantelo das equipes, isso sem falar no auge da campanha de fundo doutrinário, dentre elas uma antologia de criminalistas de condenação à sentença de Sérgio Moro imposta a Lula, isso sem falar no "julgamento" internacional do magistrado como se não fossem suficientes os sinais de divisionismo no próprio STF em decisões bem recentes. Aquilo que o ministro Luis Barroso colocou está em acelerada marcha: uma operação abafa, agora com bases nos Três Poderes, dos quais o mais interessado é, como sempre foi, o Executivo.

Já houve momento em que soava como herético, tal a esperança que despertou, qualquer tipo de restrição à Lava Jato, mas com o tempo e algumas das suas distorções - a tonalidade forte do Ministério Público com sinais de arbítrio, o afloramento de contradições e de conflitos internos, notadamente os transbordamentos das concessões aos delatores da JBS - minaram os fundamentos de sua credibilidade, isso sem falar da sua exposição ao estresse e à fadiga do material.

15 AGO 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Honorários não podem ser abatidos do valor devido pela União à parte**

Quem ganha uma ação contra a União não pode abater os honorários de seu advogado do total que receberá na execução da sentença. Assim entendeu a juíza Edna Márcia da Silva Medeiros Ramos, da 13ª Vara Federal em Brasília, ao reformar decisão que permitiu o abatimento da quantia em ação sobre reajuste de valores a serem executados.

Em decisão anterior, o juiz Diego Carmo de Souza, substituto da mesma vara, havia determinado, em embargos à execução apresentados pela União, o desconto dos honorários advocatícios diretamente do montante devido pela União ao autor do processo.

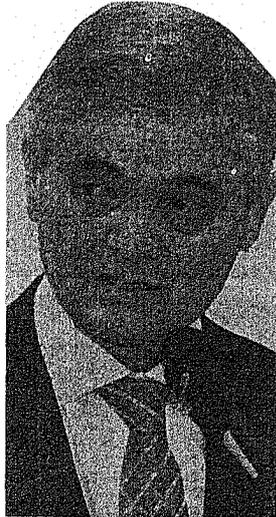
“Sem condenação em custas processuais. Arbitro os honorários advocatícios no percentual de 8%, em favor da União, do valor a ser decotado nestes embargos, nos termos do art. 85, §§ 1 e 30, JJ, do Código de Processo Civil, possibilitada a compensação deste montante com a dívida cobrada na execução embargada”, determinou o juiz.

A medida foi questionada pelo governo federal, alegando que a sentença foi contraditória em relação às verbas devidas aos profissionais. A Advocacia-Geral da União destacou que os honorários são verbas separadas do total arbitrado na ação, não podendo ser incluídos em qualquer cálculo de reajuste.

Para a advocacia-geral, a compensação só seria possível se duas pessoas fossem ao mesmo tempo credoras e devedoras uma da outra. Citaram ainda as mudanças trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, que define os honorários como direito do advogado de natureza alimentar, “com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial”.

15 AGO 2017

METRO



Sem redução

### *Orgão Especial é mantido*

Em votação de 120 desembargadores, o TJ decidiu ontem manter em 25 o número de magistrados no Orgão Especial. A proposta de redução para 11 magistrados foi do desembargador Rogério Luis Nielsen Kanayama (foto), e o texto chegou a ser aprovado pela Assembleia Legislativa (Alep) no ano passado.

A medida pretendia desafogar o órgão, pois os desembargadores passariam a ter dedicação exclusiva.

O Orgão Especial é o mais importante do TJ e responsável por julgar secretários de governo e deputados estaduais, por exemplo.

15 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Dodge tem de explicar reunião com Temer, diz procurador

Integrante da força-tarefa da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima afirma que encontros fora da agenda não são ideais

JOSÉ MARQUES  
DE SÃO PAULO

Integrante da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima disse nesta segunda (14) que “encontros fora da agenda não são ideais para a situação de nenhum funcionário público”

Ele se referia à reunião do presidente Michel Temer com a sucessora de Rodrigo Janot na PGR (Procuradoria-Geral da República), Raquel Dodge, que não constava na agenda presidencial.

Questionado a respeito do assunto em evento sobre compliance (atividades internas das empresas para evitar e detectar desvios) nesta segunda-feira (14), em São Paulo, o procurador citou a força-tarefa de Curitiba como exemplo e disse que recusou um encontro com Temer quando o peemedebista ainda era vice da ex-presidente Dilma Rousseff.

“Nós mesmos [procuradores do Ministério Público Federal em Curitiba], às vésperas do dia da votação do impeachment, fomos convidados a comparecer ao Palácio do Jaburu à noite e nos recusamos, porque entendíamos que não tínhamos nada a falar com o eventual futuro presidente do Brasil naquele momento”, disse Lima.

Segundo ele, o Ministério Público foi contatado, à época, pelo ex-assessor de Temer Rodrigo Rocha Loures, que em junho deste ano foi preso ao ser filmado correndo com uma mala de dinheiro, após delação premiada da JBS. A

gravação foi usada por Janot como prova na denúncia apresentada contra Temer por corrupção passiva.

Dodge se reuniu com Temer no último dia 7 e, neste domingo (13), afirmou que formalizou o pedido da reunião por e-mail, na véspera da sua realização.

O encontro não estava registrado na agenda do presidente, mas, segundo a secretaria de comunicação da Procuradoria, constava na de Dodge. Como ela ainda não assumiu o cargo de procuradora-geral, o que só ocorrerá em 18 de setembro, não tem a agenda pública.

Para Carlos Fernando dos Santos Lima, “é claro” que a sucessora de Janot tem que se explicar. “Ela deu uma explicação e tem que ser cobrada pelas consequências desse ato”, disse.

Questionado se o encontro comprometia Dodge ou se as explicações eram satisfatórias, ele disse que a questão cabia ao corregedor do Ministério Público Federal.

“Eu posso dizer por nós. Nós tivemos uma situação semelhante e nos recusamos a comparecer. Nós temos agora que avaliar uma consequência dentro da política que o Ministério Público vai ter a partir da gestão dela.”

“Todo funcionário público é responsável pelos atos que tem. Infelizmente não há como fugir da responsabilização perante a sociedade.”

O procurador fez uma palestra sobre investigações anticorrupção, em fórum organizado pela Amcham (Câmara Americana de Comércio).

15 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA LUIZ ROBERTO UNGARETTI

**"Quem representa  
o país não é o  
Ministério Público"**

PARA DIRETOR DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ACORDOS COM EXTERIOR

TÊM DE SER FEITOS COM CUIDADO

Luiz Roberto  
Ungaretti de  
Godoy, em  
entrevista à Folha



**RAIO-X**

**NOME:** Luiz Roberto  
Ungaretti

**IDADE:** 39 anos

**NASCIMENTO:** São Paulo

**EDUCAÇÃO:** Doutor em  
Processo Penal pela PUC/SP

**CARGOS ANTERIORES:**  
Chefe da Divisão de  
Crimes Financeiros e da  
de Contraineligência

CONTINUA

CAMILA MATTOSO  
DE BRASÍLIA

Em meio à polêmica de acordos de cooperação com outros países, o chefe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, Luiz Roberto Ungaretti, afirmou à **Folha** que o Ministério Público não é parte legítima para celebrar esse tipo de compromisso.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, soltou nota recentemente dizendo que o Ministério da Justiça cria obstáculos para a ação de equipes conjuntas com outros países. Três acordos estão demorando a sair: Espanha, Argentina e Suíça. Ungaretti atribui o atraso a ausência de normas.

**Folha - O ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira, acusado de receber propina, disse à Folha que não há lugar mais seguro do que o Brasil. Não é um tapa na cara?**

**Luiz Roberto Ungaretti -** Hoje o cenário é oposto a essa fala. A Polícia Federal, o Ministério Público, os demais órgãos têm como foco o combate à corrupção. Temos investigações em cima de agentes públicos, integrantes da CBF, empreiteiros... Os fatos desmentem essa fala.

**O MPF os acusa de atrapalhar acordos de cooperação e de tentar interferir em certos feitos com procuradorias de outros países para a Lava Jato. Qual o motivo para ainda não ter assinado com Argentina, Espanha e Suíça?**

Entendemos que o Ministério Público não é parte legítima para celebrar um acordo desse tipo, como prevê a própria Constituição. Quem representa o país não é o Ministério Público. Queremos celebrar os acordos, mas com o

cuidado de preservar provas e medidas. Quando algo assim chega para nós, temos que conversar com a autoridade legítima do outro país. Isso é novidade no Brasil. Tivemos casos de grandes investigações que foram anuladas por causa de vícios processuais e procedimentais.

**Mas por que o atraso?**

Não tem a ver com questão política, mas com amadurecimento. O processo não pode ser abrupto. A gente sabe que precisa ser rápido, porque a investigação precisa disso. Estamos terminando estudos jurídicos nesse sentido para dar andamento aos acordos.

**Há vários integrantes do governo investigados. Não há conflito em ser esse mesmo governo quem tem de autorizar a cooperação?**

Não tem como interferir politicamente. Basta olhar o trabalho da Polícia Federal. Se o Ministério Público acha que há isso, alguma interferência, eles têm de apontar.

**O sr. já sentiu alguma pressão?**

Nesses quase oito meses que estou aqui, nunca senti, nem para acelerar nem para atrasar pedidos, nem para dar informações. Minha vida inteira eu lidei com investigações sensíveis e sempre com a consciência tranquila, a ponto de se eu um dia tiver pressão eu coloco meu cargo à disposição.

**Esse embate com o MP atrapalha investigações?**

Não, porque o trabalho de cooperação nunca para. A equipe conjunta é uma espécie de força-tarefa que vai servir para acelerar, mas a cooperação continua acontecendo normalmente. Claro que uma nota do Ministério Público deixa a gente triste, mas não reflete a realidade.

**Qual o balanço dos bloqueios de ativos nos últimos anos?**

Em virtude da Lava Jato, hoje há um número expressivo de valores bloqueados. Sabemos também que dependemos do trânsito em julgado, o que gera demora na repatriação de fato. Corremos o risco também até de prescrição, que gera o desbloqueio.

**Como resolver isso?**

A gente tem um trabalho em conjunto com o MPF e PF no sentido de que seja aderido o mesmo critério de decisões para prisões para a questão da repatriação. Do mesmo jeito que hoje já é possível a execução da pena com uma decisão em segunda instância, queremos o mesmo para a repatriação. Isso depende de um trabalho com o Supremo.

**Há casos de lavagem de dinheiro com joias e outros bens. Isso dificulta a apuração?**

Um bem móvel, às vezes, é mais fácil de localizar. A dificuldade está em localizar o dinheiro. Dinheiro pulveriza.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### Atalho perigoso

15 AGO 2017

Técnicos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que estão analisando as propostas para a reforma política manifestaram profunda preocupação com trecho do relatório de Vicente Cândido (PT-SP) que prevê a liberação de doações em dinheiro vivo no valor de até R\$ 10 mil. Hoje, o limite para esse tipo de operação é de R\$ 1.064. A área da corte que fiscaliza prestações de contas nas eleições acredita que, se aprovado, o dispositivo abrirá uma avenida para o crime de lavagem de dinheiro.

**Precoce** O relatório de Cândido também estabelece a possibilidade de haver arrecadação de recursos já durante as pré-campanhas. Os candidatos a candidatos, porém, não ficam obrigados a abrir uma conta bancária específica para receber os valores.

**Empréstimo** O texto diz que as doações serão efetuadas na conta do partido, que deverá destiná-los ao pré-candidato. Caso a pré-campanha não vingue, os postulantes terão de devolver os recursos aos doadores.

## MÔNICA BERGAMO

### FATURA LIQUIDADADA

Lula foi inocentado pela Justiça do crime de calúnia por ter chamado Aécio Neves, em 2014, de “filhinho de papai” num comício eleitoral em Minas Gerais.

#### O TEMPO

A coligação do tucano, que disputava a Presidência com Dilma Rousseff, pediu a instauração de um inquérito para investigar os crimes de calúnia, injúria e difamação. Os dois últimos prescreveram —como o petista tem mais de 70 anos, os prazos de prescrição caem pela metade.

#### CALOR

Já o crime de calúnia foi considerado inexistente. As declarações de Lula, no entendimento da Justiça, seriam genéricas e superficiais, “emergindo da emoção e do calor de um comício”.

#### TOP 12

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), finalizou um livro no qual elenca 12 decisões da corte que ele considera históricas.

A lista do magistrado impressiona: vai desde a proibição de nepotismo até a descriminalização do aborto voluntário durante o primeiro semestre de gravidez.

#### NA LISTA

Barroso incluiu ainda em sua obra decisões como a autorização de pesquisas com células-tronco, a equiparação de uniões homoafetivas às uniões estáveis, as cotas raciais, o mensalão, a liberação de biografias não autorizadas, a proibição de financiamento privado de campanhas eleitorais, o rito de impeachment de Dilma Rousseff e a possibilidade de prisão depois do julgamento em segundo grau.

15 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### **Marqueteiros pedem liberação de R\$ 22 mi para gastos pessoais**

**DE CURITIBA** - Responsáveis por campanhas presidenciais milionárias dos ex-presidentes Lula e Dilma, os publicitários João Santana e Mônica Moura, delatores da Lava Jato, pediram ao juiz Sergio Moro a liberação de R\$ 22 milhões para pagar gastos pessoais, em função de “dificuldades financeiras”.

O casal argumentou que “não pode trabalhar e auferir renda para seus gastos pessoais e de suas famílias” e disse que a restituição é fundamental, inclusive para o pagamento de advogados. A petição foi enviada à Justiça na terça (8).

Os valores estão bloqueados há pouco mais de um ano, quando o casal foi libertado mediante pagar fiança.

Santana e Moura eram acusados de receber dinheiro desviado da Petrobras.

Meses depois, os dois fecharam um acordo de delação premiada com a PGR (Procuradoria-Geral da República), em que admitiram ter recebido propina e caixa dois no exterior. Desde agosto do ano passado, eles estão em liberdade, mas não voltaram a trabalhar.

O saldo das contas do casal no Brasil foi bloqueado pela Justiça, como fiança: eram R\$ 31,5 milhões. Desse valor, Moro já havia liberado R\$ 6 milhões para o pagamento de multas.

Agora, os delatores aguardam a repatriação, em favor da União, de outros US\$ 21 milhões que estão numa conta offshore na Suíça.

15 AGO 2017

# GAZETA DO POVO

## Desembargadores decidem manter número de integrantes do Órgão Especial do TJ-PR

Proposta votada nesta segunda-feira reduziria principal estrutura da Justiça paranaense de 25 para 15 magistrados

Por 70 votos contra 29, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu manter o tamanho atual do Órgão Especial. A estrutura, que é encarregada de tomar as decisões mais importantes do Judiciário estadual, vai continuar com 25 desembargadores – a proposta em votação previa uma redução para 15 magistrados.

Nesta segunda-feira (14), o assunto foi debatido por três horas – mas, na verdade, se arrastava há nove anos, desde que foi apresentado pelo desembargador Rogério Kanayama. Venceram os argumentos de que é preciso oxigenar o Órgão Especial, principalmente pela eleição de integrantes mais novos, e de que a pluralidade de pensamentos é salutar para a qualidade das decisões judiciais.

Primeiramente, o desembargador Espedito Reis do Amaral leu o parecer da comissão interna do TJ-PR, que analisou os vários aspectos envolvidos na proposta, e se posicionou pela manutenção da quantidade de membros do Órgão Especial. A reivindicação para reduzir o número de integrantes foi capitaneada, majoritariamente, por desembargadores com mais tempo de serviço, a chamada antiguidade. Eles são, por força de lei, obrigados a participarem do Órgão Especial. “Estou condenado à prisão perpétua”, disse Telmo Cherem, desembargador que puxou o coro dos que queriam a diminuição.

**CONTINUA**

15 AGO 2017

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ele também fez uma declaração polêmica, que suscitou debates. Alegando que algumas sessões se estendem por horas e ficam cansativas, o magistrado disse que, em circunstâncias pontuais, percebe o chamado “voto de manada”, em que os julgadores acabavam concordando com um determinado entendimento, sem analisar com cuidado a questão, apenas para não se demorarem ainda mais no julgamento.

A imprensa e também entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Magistrados do Paraná, foram contestados por uma dezena de desembargadores, que alegaram que a discussão sobre a redução do Órgão Especial deveria ser interna. Muitos dos desembargadores defenderam que o problema central do Órgão Especial não era a quantidade de integrantes, mas a gestão administrativa do colegiado – e que seria possível, com uma série de medidas internas, otimizar o trabalho e torná-lo mais eficiente e produtivo.

Já o presidente do TJ-PR, Renato Bettega, preferiu se manifestar apenas no final da sessão, depois de todos os votos, dizendo que não queria influenciar os demais. Contudo, ele apresentou os argumentos orçamentários que pressionariam ainda mais as contas do tribunal, caso a redução fosse aprovada com a perspectiva de aumento no número de desembargadores para compensar o trabalho daqueles que se dedicariam exclusivamente ao Órgão Especial. “Seriam R\$ 14 milhões a mais por ano”, disse.

15 AGO 2017

## RBD NOTÍCIAS

# Vereadores aprovam a doação do terreno do Camilotti para o Poder Judiciário

O Executivo Municipal desapropriou uma área com total de 7.999 metros quadrados, situado na rua Guaporé, no espaço da empresa Camilotti, que está no Centro de Francisco Beltrão. O valor pago pelo terreno é na ordem de R\$ 4,75 milhões. O motivo exposto pelo prefeito Cleber Fontana(PSDB) é de que neste espaço será construído um centro administrativo, podendo abrigar o novo Fórum da comarca e futuramente os poderes executivo e legislativo. No primeiro momento, o projeto foi encaminhado à Câmara de Vereadores para apreciação dos legisladores, em caráter de urgência, dada a manifestação do Tribunal de Justiça do Paraná, que tem necessidade de agilizar o processo licitatório, para a construção e conclusão da obra, com o objetivo de beneficiar os usuários, em especial a população beltronense e dos demais municípios da Comarca que são atendidos no local. Sendo assim, existe o compromisso de demanda de serviços, com a criação de novas serventias, bem como, novas instalações de repartições e o aumento do número de servidores do poder judiciário. O terreno adquirido será doado ao Poder Judiciário do Paraná, e em contrapartida, o Executivo receberá o atual espaço do fórum. A doação do imóvel já foi vistoriado pelo alto escalão e pelo quadro técnico do tribunal, por isso, o projeto foi encaminhado aos vereadores em caráter de urgência.

Na sessão desta segunda-feira, 14, os vereadores discutiram e aprovaram em três etapas o projeto de doação

**CONTINUA**

do terreno. A primeira foi se o projeto poderia ser votado em caráter de urgência. O segundo se poderia ser em turno único de discussão. E o terceiro, a votação propriamente dita. Em todos os casos, o projeto foi aprovado por 8 votos favoráveis e 4 contrários.

A bancada de oposição formada pelos vereadores Daniela Celuppi (PT), Camilo Rafagnin (PT), Aires Tomazoni (PMDB) e Evandro Wessler (PPS) foram contrários argumentando que faltam informações e que o projeto foi pouco discutido. Na mesma sessão, protocolaram um requerimento cobrando explicações do Executivo Municipal indagando sobre o interesse público na compra da área, a urgência da desapropriação, pedindo cópia da perícia e avaliação do imóvel, se houve celebração de acordo e cópia dos comprovantes de IPTU e demais tributos do imóvel, dos últimos 10 anos.

Já os vereadores Rodrigo Inhoatto (PDT), Léo Garcia (PSC), Silmar Gallina (PSDB), Fran Schmitz (PSDB), Dile Tonello (PMN), Zé Carlos Kniphoff (PDT), Ademir Walendolff (PRP) e Lurdes Pazzini (PMDB) votaram a favor da compra e doação do imóvel para o Tribunal de Justiça do Paraná. A alegação dos vereadores é que o espaço vai abrigar todo o centro administrativo de Francisco Beltrão, e ainda, estarão contribuindo para a quitação da empresa para com os seus colaboradores com salários e encargos atrasados, além de retirar do centro da cidade, uma empresa que prejudica o meio ambiente, através da fumaça expelida pelas chaminés da fábrica.

Com a aprovação, o prefeito Cléber Fontana vai poder dar continuidade nos trâmites de doação do imóvel para o poder judiciário, que conseqüentemente vai agilizar o processo licitatório da obra.